

Projeto Educacional e Civilizatório no 3º Grupo Escolar de Ribeirão Preto as Permanências da Primeira República e o Código de Posturas de 1921.

Autores: Leonardo Augusto Dias Badin¹, José Faustino de Almeida²

^{1 2} Centro Universitário Barão de Mauá

¹leo.badim@hotmail.com, ²prof.faustino@hotmail.com

Resumo

Este projeto de Iniciação Científica tem como desejo compreender a organização de Ribeirão Preto, através dos mecanismos estabelecido para reger os indivíduos, suas ações e o convívio social. Uma modernidade positivada por meio também de ações educativas, inclusive escolares que têm relação com os interesses e o projeto representado pelo Código de Posturas de 1921.

Introdução

O trabalho foi pautado pela perspectiva do cotidiano escolar em Ribeirão Preto, considerando o desenvolvimento das práticas e os reflexos das medidas disciplinares presentes no cotidiano escolar, por sua vez, articuladas a um certo projeto civilizatório que pautou o Brasil após a década de 1930. A partir dessa relação entre educação escolar e projeto político (civilizatório) é importante considerar a articulação e a transformação que a educação brasileira sofre, servindo de mecanismo para o alcance de determinados resultados, o que inclui ações relacionadas a propaganda política e eleitoral, o que revela tensões e disputas sejam ideológicas, sejam apenas pelo poder conforme as diferentes conjunturas e grupos. Jayme (2008) diz que,

Produzir o consenso entre os alunos de que a higiene, forte ciência daqueles tempos, além de os salvar das desgraças endêmicas, os traria para a civilização, para o trabalho, e assim, os livraria também dos infortúnios da miséria. (JAYME, 2008, p. 42).

Na República, não obstante as disputas por modelos e métodos, houve a prevalência no campo educacional das concepções positivistas que pautaram a produção de espaços, sua arquitetura dos prédios, as salas de aula, os materiais, as cartilhas, as metodologias. O ideário positivista tem como eixo norteador a promoção do binômio ordem e o progresso. Tais ideias e projetos eram inseridos em uma realidade marcada pelo atraso socioeconômico que tinha

entre suas causas principais, a falta de acesso a formação escolar formal, o que no ideário positivista seria em algum momento por força da escala evolucionista darwinismo social, alcançada pelo processo evolutivo, chegando então ao objetivo de civilizar aquela gente bárbara, e aponta Jayme (2008, p. 43) “Desse modo, a civilização é máscara da barbárie, pois, através de um falso ideal de educação ao alcance de todos [...]”. Na esteira de tal processo a educação foi instrumentalizada pela modernidade para buscar alcançar o dito ideal civilizatório. O discurso e a busca de uma sociedade organizada e educada justificaram a criação de instrumentos adequados para a promoção daquele tipo de progresso, o que implicava a formação de novos homens, como pensamento e comportamentos desvinculados das tradições rurais, das identidades dos grupos sociais excluídos economicamente, formados e embelezados pelas tecnologias e pensamento europeus. Jayme (2008) afirma que,

Nos escritos do diretor geral de instrução pública, ao tratar a educação de São Paulo como máquina civilizadora, nos remete ao funcionamento das locomotivas, que ao escoarem a produção de café para o mercado mundial traziam o enriquecimento para o país, as escolas disseminavam civilização pelas terras onde eram fundadas. (JAYME, 2008, p. 61).

A localidade de Ribeirão Preto do final do Séc. XIX para o início do Séc. XX acompanhou as diversas transformações ocorridas no quadro nacional. Após a instauração da República em 1889 as promessas modernizantes pareciam ganhar força, porém esse período pós Império foi marcado pela manutenção da exclusão. As promessas de liberdade e inclusão, na prática se traduziram, com a adoção da mão de obra assalariada, tecnologias no plantio, entre outras medidas, na manutenção da exclusão dos negros, pobres, bem como, condições de trabalho e de falta de acesso aos colonos europeus.

Ainda assim, mesmo com as permanências as mudanças ocorrem, com os imigrantes vieram novas ideias e costumes.

Foram os processos educacionais, escolares e não escolares, a via pela qual as elites nacionais buscaram criar um Brasil civilizado segundo o paradigma da modernidade europeia. Por meio de um conjunto de regras quiseram definir um novo modo de ser dos brasileiros. Segundo essa visão de mundo, as sociedades que eram moralizadas logo refletiriam aquilo que se objetivava com a rigidez e vigilância (controle) das novas Leis. Podemos inferir que os anseios imaginados pelos indivíduos modernos eram postos em prática, segundo a lógica explicitada por Foucault (2012) nos dá a possibilidade de imaginar a nova sociedade como objeto de desejo.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...]. (FOUCAULT, 2012 p.10).

As mudanças acarretaram a vinda de pessoas de várias regiões do mundo para o Brasil, seja em busca de esperança asilo ou promessas. Por toda a regra seria aqui em um pedaço de terra do outro lado do continente que homens viveriam, mas antes de terem suas vidas elas se perdiam afirma Jayme (2008), que explica que o interesse das elites brasileiras em relação aos imigrantes europeus se restringia a sua condição de mão de obra excluindo e desvalorizando, portanto, suas ideias, costumes e identidade

Os italianos formavam imenso contingente de mão-de-obra vindo de além do Atlântico. Contudo, apesar de contribuírem para a regeneração da raça brasileira, apenas a cor alva da pele estrangeira era bem vinda, hábitos e valores deviam ser abandonados junto aos familiares e amigos que na Itália ficaram. (JAYME, 2008, p. 97).

O Espaço de disputa, se torna palco de um teatro moderno em “Ribeirão Preto”

A localidade de Ribeirão Preto, se formou a partir de entrantes mineiros que faziam rota de São

Paulo a Minas Gerais. Esses entrantes que inicialmente percorriam grandes distancias e foram se fixando na região. O historiador Silva Neto (2015) aponta.

Em sua origem, ainda nos primórdios do séc. XVIII, algumas figuras se destacam na região do nordeste paulista, como os garimpeiros, agricultores, criadores de gado, entre outros que, fazendo parte da dinâmica do caminho do ouro, perpassavam pela região, percorrendo o caminho entre o Estado de São Paulo e o de Minas Gerais. (SILVA NETO, 2015, p.21)

Antes dos homens que faziam o caminho do ouro, temos conhecimento que havia indígenas Caiapós na região, esses que se encontravam sendo os primeiros moradores, que por séculos foram adentrando e ocupando cada vez mais as periferias do País. Eles que fugiam do progresso e do modo de vida civilizado que estava sendo posto em pratica. Quando pensamos no modelo civilizado é dado que os primeiros moradores das terras brasileiras, eram seres selvagens e desprendidos de uma relação humana, urbano e bem-educado, indo de encontro a uma visão de evolução das sociedades, que a civilização deveria ser o local mais avançando dos grupos sociais. Essa visão encontra-se positivada em um eurocentrismo da época, a Europa à referência do progresso.

Existem relatos que afirmam a presença de homens que ocupavam as terras onde hoje se encontra Ribeirão Preto, desde 1825, eles produziam aquilo que consumiam, agricultura ou por via da pecuária e o excedente era moedas de troca. Silva Neto (2015) aponta que em determinado momento acontece uma disputa que se torna uma briga judicial entre duas famílias e por uma determinação da justiça, surge a possibilidade da construção de uma primeira Igreja Matriz, a doação de terras, exigência condicional dos benfeitores a Família Reis de Araújo,

É o caso da principal querela judicial do contexto, aquela que colocava em lados opostos a família Dias Campos e Reis de Araújo. Com a derrota dos primeiros, José Mateus dos Reis conseguiu liderar um grupo de agricultores na doação de terras para o Patrimônio de São Sebastião do Ribeirão

Preto no ano de 1856, data de fundação da cidade. (SILVA NETO, 2015, p.23-24).

nova perspectiva foi ma educação e a infância [...] (SILVA NETO, 2015, p.30).

A doação possibilitou a efervescência de indivíduos que foram se alojando em volta da primeira matriz e a possibilidade das mudanças no contexto que ali, foram se adequando.

Os cafezais de Ribeirão, se multiplicaram nas décadas de 1860 a adiante, proporcionou uma mudança de vida acompanhando as transformações locais e nacionais. Convencionalmente afirmando o que já estava sendo organizado, o diálogo do velho provinciano com o novo, aqui Silva Neto (2015) aponta como o progresso através das estradas de ferro se faz junto do acúmulo de gente e de capital.

O lucro com a venda do café permitiu uma transformação da região. Junto com o café vieram: eletricidade, urbanização, inovações tecnológicas e os trilhos da Mogiana (1883). (SILVA NETO, 2015, p. 27).

O tempo fator importante na compreensão das transformações, por exemplo, na transição do século XIX para o XX, o sujeito que aqui vivia e que enriquecerá rapidamente com o café, se via em um espaço que queria modificar, trazer o que havia de mais moderno no mundo e para isso ele se inspirou na Europa, novamente uma experiência eurocêntrica, também local que viria engenheiros, arquitetos, figuras que modificaram o espaço urbano, o deixando mais bonito aos olhos daqueles que não tiravam os seus da Europa.

O período de enriquecimento e de transformações locais, foi conhecido como *Belle Époque* (bela época), resultados que seriam vistos na urbanização da cidade, vem da implantação da luz elétrica, ao surgindo de cinemas e a transformação das indústrias de base, Ribeirão Preto aos poucos começa a se parecer com Paris (Cidade da França), transporte automobilísticos e a arquitetura europeia nas novas construções. As transformações trouxeram também o poder político para suas proximidades, esses que detinham grandes quantias econômicas, influenciavam as modificações locais, mesmo sobre a falta de organização, a cidade crescia e junto o número de pessoas, assim os problemas locais acompanhavam a mesma dinâmica. Silva Neto (2015) afirma que,

Diversos setores da sociedade teriam que ser alterados para que a modernização ocorresse de fato, um dos setores mais afetados por esta

Os responsáveis pelas mudanças buscaram como referência o modelo Francês para organizar a Urbe, que também serviu para viver junto das linhas retas, verticais e horizontais que propunham para as cidades, o sujeito ficaria em consonância com o darwinismo social e isso tinha um preço, ao ignorar o velho ou pior modificar aquilo que era considerado irregular. Após diversas tentativas foi em 1889 que o primeiro código de posturas de Ribeirão Preto surge, em outros momentos houve tentativas de implantação do Código de Posturas como apresenta Gaioli (2016).

Segundo a autora, ainda em 1876, um novo código de posturas foi proposto pela câmara e aprovado de forma provisória em 1877, frente a demora pela aprovação do primeiro, e outras propostas foram apresentadas em 1878 e 1879, com uma comissão formada em 1881 e até uma gratificação financeira oferecida pela elaboração de um código atualizado. (GAIOLI, 2016, p.25).

Os Códigos de Posturas e os pontos que são levantados por eles, são trazidos como desejos de ordem pública, nos traz a possibilidade de elucidar qual era a intenção que a elite da época, tinha para seus grupos, os mecanismos que seriam inseridos e usados contra aqueles que infringissem. Um tanto para compreender o progresso civilizador na cidade e outro para apresentar os rumos desejados. Instrumento obscuro de castração e de verticalização do convívio social, como portar-se ou não e de como construir sua vida ao meio que aquele poderia ser adequado. A racionalização dos códigos de posturas, trará ainda mais legitimidade a aqueles que sofreram suas influências. Gaioli (2015) aponta como foram agressivos, a convivência será regrada a partir das relações que o Código presumir como adequadas, prevendo inclusive punições para aqueles que o desrespeitar. Existia, naquele contexto,

[...] a preocupação com a padronização do espaço urbano presentes nos códigos de posturas, destacando que essas determinações municipais beneficiavam apenas a elite da sociedade, pois a população pobre não tinha condições de acompanhar

a nova ordem urbana. O historiador [Humberto Perinelli Netto] também frisa sobre a influência do código de posturas de São Paulo nos códigos municipais, fato que reforça ainda mais a ideia de padronização, ferindo, dessa forma, as reais necessidades particulares de cada localidade. (GAIOLI, 2015, p. 27-28).

o novo nunca é novo por tempo demais, onde o novo desaparece antes de se ossificar, antes de tornar-se sólido acaba por desmanchar-se no ar. (XAVIER, 2018, p.17-18).

O Código de Posturas de 1921 higienização e a construção cultural do espaço.

Ribeirão Preto ainda teve outras duas versões do Código de postura, que continham breves modificações, uma de 1902 e outra de 1921.

O que fica exposto é que a partir das normas exigidas, o sujeito que pretendia construir na cidade, já tinha um local pré-estabelecido, pois, dependendo da sua situação, já haveria um espaço para ele, sendo que o código de posturas exigia condições para tal, as vezes mais, as vezes menos. Aqueles que não pertenciam a elite da cidade, se encontrava no subúrbio, o trabalhador, nesses locais as exigências do código de posturas eram costumeiramente mais brandas.

O código traz a necessidade da modernidade, ao mesmo tempo em que se faz necessário para modificar velhos hábitos, frente aos novos. A cidade que deveria ser um espaço da diversidade, se vê capturada pelos desejos de disciplinarização e a busca de uma idealização de progresso, por grupos que tentavam controlar costumes, desejos e tradições. As pessoas e hábitos que estavam fora dessa perspectiva, eram imediatamente enquadrados a esfera do bárbaro, do selvagem, indivíduos e manifestações a serem impedidos de acessar os espaços pertencentes ao moderno, ao novo e ao belo, pois essa beleza não poderia ser maculada pelos problemas e tradições que antecederiam a própria existência da cidade. Assim Ribeirão Preto é uma cidade moderna e para esses espaços, se faz presente no momento que existem novas ideias, elas sempre chegam e são paralelamente divididas com as velhas e o espaço tomados por elas se dá nas modificações, Xavier (2018) afirma, que para a modernidade segundo Berman é a divisão do espaço, em momentos que antes mesmo do novo ser velho, ele já se tornou parte do que deveria ser modificado após chegada de um novo.

A convicção de uma sociedade que está em permanente busca pelo novo, acomodando-se com a presença do “velho” e do “antigo”, paralelamente, faz parte, segundo sua perspectiva, da característica básica dessa sociedade burguesa, onde

Nesse momento da pesquisa vamos analisar o Código de Posturas de 1921 e alguns espaços de higienização, preservando a vivência social e quais eram os mecanismos que fazia uso para controlar a cidade. Nos espaços reservados para o convívio coletivo observamos que existiam disposições de trânsito na cidade. O “trânsito público em geral” abordado na “página 69” do código de posturas de 1921 nos artigos 168 e 169, alinha o modelo que deve ser seguido, fica claro uma punição ao infrator que se sujeitava a uma multa, como deve ser o trânsito de animais e veículos e também obstrução de vias públicas.

ART. 168 - É proibido conservar nas ruas, praças, passeios de casa, estradas ou caminhos, qualquer corpo que obste ou dificulte o transito publico ou prejudique a limpeza.

O infractor será intimado para fazer a remoção imediata, e si esta não for feita, incorrerá na multa de 30\$000 e a remoção se fará pela Municipalidade mediante processo legal correndo as despesas por conta do infractor

§ UNICO - A disposição deste artigo, é extensiva aos materiaes de construcção, os quaes só poderão ser depositados nas ruas, praças e logradouros públicos, mediante licença e pagos os impostos e taxas consignados em lei, não occupando nunca espaço superior a metro e meio de largura em toda a extensão da obra, em frente da rua ou praça

ART. 169 - A lenha, madeira e outros corpos volumosos de immediata utilidade, só poderão permanecer nas ruas, praças e logradouros

públicos, até 5 horas depois de descarregados. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1921, p.69).

Fica claro no artigo a tentativa de coerção social, padronização das formas e que vai além das construções, partindo do momento que se adquire o material de construção, e cria um trajeto de regras que deveria ser respeitado.

O convívio também deve ser regido, ao iniciar um trabalho, deve finalizar, com objetivo de não desorganizar o espaço público. Em determinado momento, faz apontamento sobre o descarregar de lenhas entre outros materiais que deixados em espaço aberto poderiam ficar somente por 5 horas, após isso punição financeira, o transporte de animais em veículos também será regulamentado. A cidade estava com os pés na modernidade, essa que exigia organização com o novo.

O Código na página 101 com os artigos 259, 260 e 261, trabalha com a mentalidade de um homem que antes era livre para se comunicar com o meio natural, agora passa a obedecer ao meio, a ser civilizado.

ART. 259 - E' proibido tomar banhos nos rios e córregos da cidade e povoações do município. Quando seja designado local proprio para banhos, jogos ou esportes náuticos, as pessoas que nelles tomarem parte deverão estar vestidos com roupas apropriadas, de modo a não offender o pudor. O infractor incorrerá na multa de 20\$000.

ART. 260 - Aquelle que nas ruas e praças e outros logares publicos, proferir palavras obscenas ou for encontrado na pratica de actos offensivos á moral e bons costumes incorrerá na multa de 50\$000 além das penas em que possa incorrer, segundo legislação commum (Cod. Pen. Art. 282)

ART. 261 - As meretrizes que, por palavras ou gestos, offederem a moralidade publica, ou que se apresentarem nas ruas ou praças sem a nescessaria decencia, incorrerão na mesma sencção penal do art. anterior. (CÓDIGO DE POSTURAS, 1921, p.101-102).

Em seu primeiro artigo, diz ao sujeito que era proibido tomar banho em rios ou lagos próximos à cidade, logo ele tenta modificar um comportamento que é ligado a barbárie indígena e o aproxima do homem civilizado assim a ideia de tomar banho em lugares destinados para tal, o privado vem com uma resposta à necessidade humana.

Na mesma página o Código é acompanhado de ideias moralizantes, proibindo o pronunciamento de palavras obscenas e atos obscenos, olhando a banalização do homem e como poderia ofender a vivência coletiva, pois em uma cidade moderna e civilizada, seres humanos não se comportam como animais selvagens e aos que possam ofender a moral e os bons costumes sofrerá punição.

Podemos analisar uma característica que legítima o trabalho das meretrizes, que ocupam espaços públicos, exigindo decência das mesmas, e percebemos que o código trazia uma tentativa de controle moral e coercitivo, mas ainda sobressaía aspectos dos interesses daqueles, que por via de regra se via na autoridade. O Código apresenta que pode ser meretriz, mas não se pode ser em público, o privado toma espaço e aqueles que desrespeitar, será incumbindo de punição, nesse caso com o ar da modernidade a multa se torna o mecanismo de coerção para comportamentos indesejados, o desejo imposto também faz menção a uma mentalidade patriarcal e machista, o patriarcado legítima a existência de funções que ficam a margem da sociedade e que irá contra os desejos do cidadão no público, mas corresponde o desejo privado. O Código também tenta coibir nos espaços as pessoas que se comportam de forma escandalosa, por exemplo, proibindo e os sujeitando à multa, exceto ao pedir socorro.

O Código enxerga no "outro" um ser bárbaro, sem civilidade alguma e unilateralmente faz apontamentos coercitivos e disciplinares para que esse "outro" se comporte como um europeu idealizado. As tentativas moralizantes, vem de consonância com o desejo de disciplinar uma sociedade, essa que havia nascido do café à terra roxa se torna o espaço de relações complexas e que deveriam ser reguladas e organizadas. O humano nesse espaço se dá junto da necessidade de alinhar os desejos de civilização e de conviver em harmonia na pólis. Sendo que Código mesmo com suas regras para padronizar traz distinções, entre o pobre e o rico, criando lugares de produção, alinhados com a cultura de quem o ocupava.

É nesse espaço que surge instituições de ensino e nesse trabalho em específico vamos falar do terceiro grupo escolar de Ribeirão Preto, hoje conhecida como Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira.

Análise de documentos encontrados pequeno arquivo da Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira (3º Grupo Escolar de Ribeirão Preto).

Vamos considerar as atas escolares dos anos de 1943 e 1944, nessas que as transformações cotidianas são apresentadas e justificadas no ensinar das crianças e nos costumes dos membros da instituição.

Ao analisar as atas escolas e definir o que seria trabalhado, percebeu-se que existia um padrão e uma exigência mensal de reuniões para estar debatendo o cotidiano escolar e alinhando os trabalhos feitos no mês proferido. O que fica explícito que no ano de 1943 a escola era um espaço organizado e que os professores e gestores tentavam ao máximo trazer a disciplina através do ensinar aos alunos.

No mês de setembro de 1943, acontece algumas mudanças, apontada na reunião de classe, onde será debatido, o presente diretor Vladimir Pinto Ferraz.

Livros de Chamada: Os livros de chamada devem ter cuidadosa escrituração, bem assim os resumos mensais. Todos as colunas dos livros de chamada precisam ser preenchidas e a chamada para o mês seguinte deve sempre ser feita no último dia do mês. Caso o professor necessite faltar nesse dia, a mesma será feita pelo respectivo substituto. Os resumos mensais também precisam ser feitos com o máximo cuidado e certo, pois a devolução dos mesmos acarreta atrasos na escrituração da Diretoria. Na distribuição dos boletins verificou-se que há, ainda muitos incompletos faltando nos mesmos alguns dados, tais como o número de matrícula, que deve ser feito a tinta vermelha, a data da matrícula primitiva no verso, etc. A devolução dos boletins deve ser três dias apoz a entrega, devendo o professor ter o cuidado de verificar se os mesmos foram devidamente assinados. (Ata de Reunião de Classe, E. E. D Sinhá Junqueira, 11.09.1943, p. 6).

Ao analisar a ata, salta aos olhos apontamentos sobre como deveriam ser feitos os livros de chamada, exigindo o máximo de atenção na hora de preencher o instrumental dos professores, pois isso prejudicaria o trabalho interno da instituição, também espera um compromisso do professor na hora de acompanhar as datas, produz cobranças, os professores devem ficar atentos com os horários das aulas, seria importantíssimo para o desempenho dos alunos.

Horario - As aulas devem ser dadas de acordo com o horario em vigor. No actual horario ha pequenos senões, e as disciplinas não estão bem distribuídas, porém não vamos modificar-los, porquanto, deverá vir os horários feitos pelos técnicos de Educação e iguais para todo o Estado de S. Paulo.

Festa de 7 de Setembro: A festa podia ter sido boa, se não fôsse a impaciencia e descaso de alguns professores, pois, trouxe como consequência a indisciplina dos alunos, que reinou desde o inicio até o final do programa esportivo, em homenagem a data de 7 de Setembro. Disse o sr diretor quem em 1º lugar as festas do nosso grupo depois as festa lá fora. (Ata de Reunião de Classe, E. E. D Sinhá Junqueira, 11.09.1943, p. 7).

Os responsáveis pela instituição, aparentemente estão cientes que as disciplinas não estão bem distribuídas, mas ainda assim, deixa claro que devem esperar os técnicos do Estado. O diretor se apresenta insatisfeito com o resultado da festa do 7 de setembro, pois os professores não se esforçaram o suficiente e isso causou a indisciplina dos alunos. Podemos perceber que o professor se tornava o responsável pela postura do estudante, também por essa fala o ensino de cima para baixo, o adulto é quem está no controle o estudante só deve obedecer.

A ordem é instrumento de legitimidade para a modernidade e para os jovens que viviam no espaço urbano, o espaço se torna um lugar de ideias que são ensinadas e modificadas, rumo ao que se deseja aqueles que passavam pelo processo educacional.

Em uma proposta que o indivíduo saberia seu lugar, logo as normas e regras escolares eram

importantes para os jovens, que pudessem ser um reflexo positivo daquilo que a escola tentava configurar no período a organização, disciplina e o cientificismo. No ano de 1944 no mês de março paralelamente com a ata escolar a disciplina e a pontualidade, foram apontadas como essenciais na hora de ensinar e podendo ter maior controle sobre essas pautas, seria possível no final do ano letivo um exame regular dos alunos da instituição.

Disciplina e Frequência - Disse o sr diretor que a disciplina e frequência são fatores primordiais do ensino, e que todos devem cooperar com a diretoria nesse sentido, por isso faz questão de verificar todos os dias a frequência de cada classe, pelo movimento diário, e, é preciso de uma vez para sempre acabar com o regimen das meninas faltarem aos sabados, pois o maior numero de faltas é sempre neste dia. Com mais disciplina, ordem e frequência poderemos conseguir no fim do ano um exame regular de nossos alunos. (Ata de Reunião de Classe, E. E. D. Sinhá Junqueira, 11.03.1944, p. 7).

Ao olhar o ano de 1944 percebemos que de tempos em tempos era cobrado firmemente a disciplina, como no mês de Maio, o diretor faz o apontamento de que a mesma estaria péssima, exigindo organização das filas nos corredores, fala dos castigos físicos, que ocorriam na escola, onde havia queixas dos pais contra certas professoras e nesse caso ele pede para que quando o aluno sair do controle comunique, e mande a direção, eles tomariam todas as providências, nos livros didáticos os professores não escreviam os nomes dos alunos por extenso e isso é visto como erro grave, viria a ser a disciplina um assunto que ficaria presente em diversos momentos das reuniões, ela norteia muitas das propostas da escola.

Disciplina - A disciplina está pessima, principalmente no 2° e 3° periodos. Os sinais da portaria não são respeitados pelos alunos, e a organização das filas, no pátio e nos corredores, também deixa muito a desejar. Quanto os alunos do 3° período ainda existe um atenuante a favor, a

idade, mas os do 2° periodo são obrigados a obedecer. Com um pouco de esforço por parte das colegas, podemos conseguir uma disciplina perfeita.

Castigos físicos – Avolumam se dia a dia as queixas dos pais contra certas professoras. E' preferível quando não puder com o aluno, comunicar à directoria, que por sua vez tomará todas as providencias. Como é do conhecimento de todos, os castigos já foram abolidos da Escola Primária. (Ata de Reunião de Classe, E. E. D. Sinhá Junqueira, 11.03.1944, p. 7).

Nos meses seguintes do ano de 1944 houveram outras reuniões, com a uma diretora substituta, é observado que a disciplina melhorou muito, após os apontamentos da diretora Afra Bertoldi, principalmente a exigência com as filas.

Disciplina - Segundo disse a senhora diretora, a disciplina do grupo melhorou consideravelmente, e para que assim continue faz apelo à vigilância e boa vontade das senhoras não deverão ser expostos trabalhos estranhos, a fim de se evitar cenas equivocadas, planeja-se a separação dos trabalhos das secções femininas e masculinas, principalmente nos quartos anos. (Ata de Reunião de Classe, E. E. D. Sinhá Junqueira, 11.03.1944, p. 7).

Conforme passa os meses, a disciplina escolar é cobrada, a partir do alinhamento dos estudantes organizados e limpos, demonstra o desejo da instituição, quanto ao individual de cada um e o objetivo coletivo, o progresso que se alçaria partindo da desordem para a ordem, essa ordem que deve ser alcançada por via da educação.

Crianças prontas para receber esse modelo de disciplina, quando desalinhadas devem ser punidas e organizadas, a instituição tomava postura rígida diante a indisciplina, muitas vezes não transcritas no livro de penalidades da instituição, nos anos de 1944 percebemos que existem poucos relatos, então não se pode dizer que foi efetivo a intervenção do diretor sobre as punições físicas neste ano.

Considerações finais

Os anos que foram analisados e através das atas de reuniões e caderno de punição, identificamos que na escola, havia uma tentativa de coibir e padronizar o comportamento das crianças, transformar as suas características, através das castrações, a escola era vista como um espaço de aparelhamento com a cidade, o respeito foi através do silêncio, disciplina e ordem, esses que eram primordiais para o aprendizado, com o silêncio os alunos eram capazes de escutar e aprender.

Demandas de higienização pessoal, criou-se uma cultura de higiene social, onde o sujeito para ser aceito deveria estar de acordo com os colegas, foi desejado que estivessem descentemente vestidos, a instituição de ensino deveria ser referência na hora de moldar certos comportamentos que iriam contra o civilizado e o justo, visado no momento.

O código de posturas, por um lado tinha o objetivo de estruturar, organizar e higienizar as cidades, e a escola possuía objetivos similares. O moldar comportamento vinha da ideia do adulto ideal civilizado. E Ribeirão Preto nesse momento sofreria influência que acarretaria o ideal civilizador.

A escola que se encontrava em espaço periféricos da cidade Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira, reproduz um padrão de comportamento desejado para os jovens, ordenar um caráter impositivo com as relações disciplinares.

Referências

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GAIOLI, F. M. **Nos (des)caminhos sociais**: Ribeirão Preto e os Códigos de Posturas (1889-1921). Ribeirão Preto, 2016.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira a Barra do Retiro**. São Paulo: Nelpa, 2010.

JAYME, L. de R. **Nas sombras das luzes educacionais**: as escolas isoladas em Ribeirão Preto (1890-1920). Monografia de conclusão de Curso. CUBM: Ribeirão Preto, 2007.

SILVA NETO, C. G. d. **A educação e o processo civilizador**: um olhar indiciário para a educação em Ribeirão Preto na Belle Époque. Ribeirão Preto, 2012.

SILVA NETO, C. G. da. **A modernidade que chega, os orfanatos enchem**: O Asilo de Órfãos Anália Franco sobre um paradigma indiciário. Monografia de conclusão de Curso da Pós-Graduação História, Cultura e Sociedade. CUBM: Ribeirão Preto, 2015.

XAVIER, D. B. **O 3º Grupo Escolar de Ribeirão Preto frente ao projeto de modernização varguista**. Monografia de conclusão de Curso. CUBM: Ribeirão Preto, 2018.

Referências documentais

Atas de Reuniões Pedagógicas – Terceiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto, 1943 - 1944. Encontrado na Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira.

Caderno de Punição ao Aluno – Terceiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto, 1944. Encontrado na Escola Estadual Dona Sinhá Junqueira.

Código de Posturas de 1921 de Ribeirão Preto (APHRP).